

Três alertas relativos às eleições de 2018

Rubens Penha Cysne

Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)

O gráfico abaixo traduz as taxas efetivas de crescimento do Brasil, México, Argentina e Venezuela nos anos de 2015, 2016 e 2017, bem como as taxas previstas pelo Banco Mundial (2018) para este ano e o próximo.

Tomando-se o índice de produto real igual a 100 ao final de 2014 para esses quatro países, chega-se ao final de 2019 com 112,9 para o Mé-

xico; 109,5 para a Argentina, 98,4 para o Brasil e impressionantes 52,2 para a Venezuela.

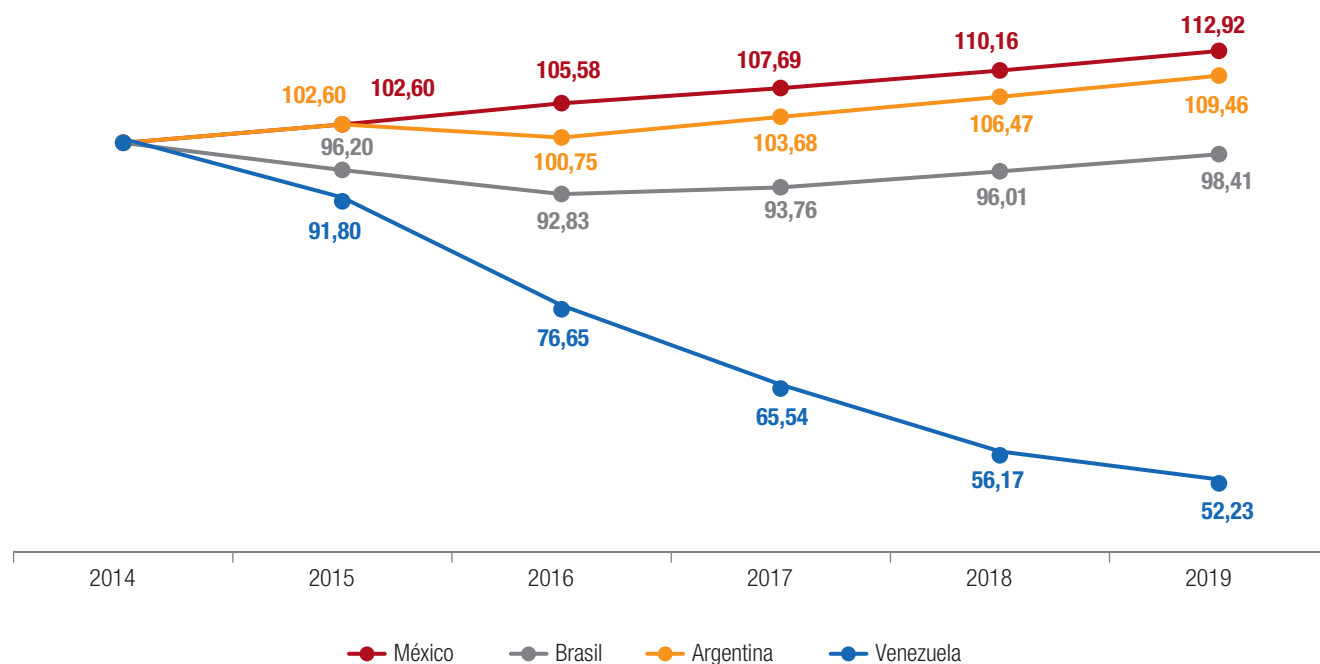
Mesmo crescendo 2,4% em 2018 e 2,5% em 2019, em linha com as projeções, o Brasil estará em pior situação do que se encontrava ao final de 2014, com uma queda da renda *per capita* superior a 7%. Se podermos superar esse baixo desempenho

no futuro, trata-se de questão que dependerá, em parte relevante, dos resultados das eleições de 2018.

A observação dos fatos pela mídia sugere que os eleitores estão em alerta com relação a três possíveis dificuldades associadas às eleições vindouras.

Primeira dificuldade, que a plataforma vencedora não leve suficientemente em consideração, na sua comu-

Índices de PIB real em países selecionados



Fonte: Banco Mundial.

nicação com o eleitorado, a gravidade da atual situação fiscal e das distorções de ordem orçamentária (com áreas essenciais e precípuas do setor público, como segurança pública, em situação de clara desassistência).

A premente necessidade de correção dos desequilíbrios fiscais em curso leva a crer que a economia brasileira ao final de 2018 e início de 2019 estará sujeita à chamada “dominância circunstancial”. Nesse caso, são as circunstâncias macroeconômicas, traduzidas por oscilações no mercado financeiro, que acabam por ditar o rumo das medidas macroeconômicas. E não, pelo menos em um primeiro momento, as ideias previamente apregoadas pela plataforma eleita.

Promessas de facilidades não cumpridas após as eleições têm o potencial de gerar uma forte perda de capital político, colocando em risco o suporte para a consecução das importantes e difíceis reformas a serem feitas, a da Previdência em particular. O país correria o risco de permanecer sem um rumo mais claro e definido por pelo menos mais quatro anos.

Em 2002, a “dominância circunstancial” implicou uma guinada para a ortodoxia econômica do ex-presidente Lula, mas ainda durante a campanha, antes das eleições. Não houve grandes perdas de capital político.

Destino semelhante não tiveram Andrés Péres, na Venezuela em 1989, Lucio Gutiérrez no Equador e 2002 e a ex-presidente Dilma Rousseff em 2015. Nesses três casos, a passagem de uma plataforma mais popular para práticas de ortodoxia fiscal se deu logo após as eleições. Em cada episódio, a perda de capital político

A necessidade de correção dos desequilíbrios fiscais leva a crer que a economia brasileira ao final de 2018 e início de 2019 estará sujeita à chamada “dominância circunstancial”

foi tão elevada que abriu espaço para a consecução posterior de processos de *impeachment*.

A segunda dificuldade das eleições reside na possibilidade de que 2018 eleja não um novo presidente da República, mas apenas um novo refém do Congresso Nacional. Essa linha de argumentação sugere que haverá poucas mudanças no Legislativo, tornando difícil para o Executivo mudanças de rumo à altura das atuais necessidades.

Para se modificarem velhas práticas e obterem as aprovações necessárias para as reformas, seria necessário eleger um candidato à altura desse desafio. Não é tarefa fácil. Para alguns, trata-se da necessidade de privilegiar plataformas fomentadoras de persuasão e diálogo. Para outros, de candidatos suficientemente carismáticos e audazes.


A terceira dificuldade associada às eleições vindouras lembra que o descontentamento motiva mais que o contentamento. E que há mais do que 13 milhões de pes-

soas desempregadas no país (IBGE, Pnad Contínua – Trimestre Móvel, fev-abr 2018).

Nesse contexto, haveria a possibilidade de se visualizar em plataformas eleitorais de elevação de gastos públicos e geração de novos empregos públicos uma possível solução para o problema do desemprego. Isso dificultaria, ao invés de facilitar, o ajuste necessário das contas públicas.

A atual “cirrose fiscal”, por meio da qual o PIB tem sido redirecionado ao longo de muitos anos das exportações, geradoras de inovações; e dos investimentos, geradores de capacidade produtiva; para satisfazer ao consumo público e privado, deveria ser mais debatida como um dos possíveis motivos para um desemprego tão elevado.

Observe-se, de qualquer forma, que os três problemas potenciais aqui descritos se constituem todos em motivo de alerta, mas não necessariamente de desânimo. São passíveis de superação pelo voto refletido.

A parte econômica é de fácil diagnóstico. Se acertarmos no rumo político, o país voltará a crescer com facilidade. 

Referências bibliográficas

Banco Mundial (2018). “Fiscal adjustment in Latin America and the Caribbean: short-run pain, long-run gain?” Semiannual Report Office of the Regional Chief Economist, April 2018.

Cysne, Rubens P. “Eleições e dominância circunstancial” Artigo publicado no jornal *O Globo* em 17/6/2018. (<http://epge.fgv.br/users/rubens/media-and-policy>).

Cysne, Rubens P. “Cirrose fiscal pode ser mais grave que infarto fiscal” Artigo publicado no jornal *Correio Brasiliense* em 22/6/2018. (<http://epge.fgv.br/users/rubens/wp-content/uploads/2018/06/cirrose-fiscal-pode-ser-mais-grave-que-infarto-fiscal-correio-brasiliense.pdf>)